

CMS receberá 13 projetos do Executivo

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador (CMS) retomou ontem, os trabalhos legislativos para o segundo semestre. A expectativa é que os vereadores analisem e votem diversos projetos de autoria tanto do Legislativo quanto do Executivo. Antes da primeira sessão ordinária, a bancada do governo se reuniu com o prefeito Bruno Reis (União Brasil), que anunciou o envio de 13 propostas à Casa.

Segundo o presidente da Câmara, vereador Carlos Muniz (PSDB), o encontro com o prefeito simboliza a valorização do diálogo entre os poderes. “Denotando a importância que a Câmara tem e vice-versa. Na ocasião, houve consenso de que a gestão municipal encaminhará mais de dez matérias relevantes para a cidade, sobre temas

diversos, mas respeitando a autonomia do Legislativo”, disse. Entre os projetos destacados, está a proposta de reajuste salarial de 11,37% para os professores da rede municipal, com aumento linear de 6% e duas progressões previstas para junho e agosto. Também será enviado um projeto de subsídio ao transporte público com isenções fiscais.

O líder do governo na Câmara, vereador Kiki Bispo (União), acrescentou que a pauta incluirá propostas nas áreas de infraestrutura, saneamento básico e operações de crédito. “São iniciativas que vão contribuir para a melhoria de Salvador”, afirmou.

Outro tema que deve ganhar espaço é o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que está sendo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A expectativa, segundo Kiki Bispo, é que o projeto chegue à CMS ainda neste semestre.

“Esperamos que, tão logo o Executivo finalize os estudos, possamos nos debruçar sobre essa pauta tão importante, ouvindo a sociedade civil organizada, realizando audiências públicas em cada canto da cidade”, destacou.

A oposição, por sua vez, promete fiscalizar de perto o andamento dos trabalhos. A líder da minoria, vereadora Aladilce Souza (PCdoB), criticou a situação atual da capital e cobrou mais debates. “Salvador vive um momento de crise. Temos um transporte público ruim, limpeza urbana precária, e a cidade vem sendo atacada pela especulação da construção civil e imobiliária. Isso precisa ser discutido, precisamos de um novo PDDU”, declarou. Ela também criticou a contratação da FGV sem licitação.

Tribuna - Na retomada dos trabalhos da Câmara Municipal de Salvador, nesta segunda-feira (4), o abuso sexual contra crianças, especialmente praticado por



Foto: Antônio Queirós/CMS

A CÂMARA Municipal de Salvador (CMS) retomou, ontem, os trabalhos legislativos para o segundo semestre

genitores e parentes próximos, foi tema da Tribuna Popular, por representantes do Coletivo Lute por Elas.

Tamires Reis e Jéssyca Regis, que participaram como mães, vítimas e denunciantes, destacaram o que classificam como uma inversão de papéis, na qual mães protetoras são tratadas como réus, “enquanto agressores permanecem impunes e as denúncias, em sua maioria,

não são devidamente apuradas”.

Segundo elas, lamentavelmente, a legislação que deveria garantir proteção tem sido usada como instrumento de silenciamento, revitimização e perpetuação da violência contra crianças.

“Elas reforçaram que proteger as crianças não é uma escolha política, mas um dever moral de todos. Por isso, solicitaram o apoio da Câmara

para a realização de audiências públicas permanentes em defesa das vítimas de abuso sexual, a criação de uma Frente Parlamentar em apoio às mães denunciantes e o fortalecimento de projetos como o Serviço Viver e o Nave, do Ministério Público da Bahia (MP-BA)”. Após os pronunciamentos, as representantes receberam o apoio de Marta Rodrigues (PT), Hamilton Assis (PSOL) e Aladilce Souza.

DEBOCHA DE PESQUISA

Jerônimo critica atos bolsonaristas em Salvador

Foto: Romildo de Jesus



JERÔNIMO RODRIGUES fez duras críticas ontem às manifestações realizadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O governador Jerônimo Rodrigues (PT) fez duras críticas ontem às manifestações realizadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro no fim de semana, em Salvador e outras cidades do país. Segundo o petista, os protestos, que incluíram orações pedindo que o “tarifaço” dos Estados Unidos recaia sobre o Brasil, não representam um comportamento patriótico.

“Eu fiquei muito triste quando vi ontem umas imagens, umas cenas de pessoas ajoelhadas, rezando, pedindo a Deus para que o tarifaço recaísse sobre o Bra-

sil. Isso não é comportamento patriota, isso não é comportamento de nenhum brasileiro”, afirmou Jerônimo.

O governador classificou os manifestantes como opositores ao desenvolvimento nacional e afirmou que eles estão “remando contra o Brasil e os trabalhadores brasileiros”. Ele ressaltou que sua prioridade é proteger a economia da Bahia diante do impacto da tarifa de 50% imposta pelos EUA a produtos importados, o que pode atingir setores produtivos locais.

“Que fique muito claro agora para os segmentos do setor produtivo que eu não quero que nenhum segmento possa ver a atitude nossa como atitude político-partidária. O que está em jogo agora

é a situação econômica do Estado”, frisou.

Jerônimo também informou que está em diálogo com empresários e entidades da indústria para buscar alternativas aos prejuízos provocados pelas novas taxações. O governador afirmou que está articulando com o governo federal para incluir mais itens baianos na lista de isenção tarifária, que já conta com 700 produtos. Segundo ele, os principais produtos baianos não estão entre os beneficiados, o que exige uma atuação firme para defender a competitividade local.

“Eu estou numa missão de governador, tentando dialogar com cada segmento para garantir uma proteção aos investidores, aos empre-

sários, daqueles que são, digamos assim, geradores de emprego, de renda, de impostos”, afirmou.

Jerônimo também antecipou que estará em Brasília ainda nesta semana, ao lado de outros governadores do Nordeste, para tentar convencer o governo dos EUA a retirar os produtos da nova taxação ou, ao menos, negociar a redução da alíquota.

ELEIÇÕES 2026 - Jerônimo também comentou os resultados da mais recente pesquisa do Paraná Pesquisas, divulgada no último dia 31 de julho, que apontou o ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (União Brasil), com 53,5% das intenções de voto para 2026, contra 28,1% do atual governador.

Bruno detalha PDDU e diz que oposição ‘desconhece legislação’

A demora na revisão do PDDU tem sido criticada por setores da minoria

MATEUS SOARES
REPÓRTER

Ontem (4), em conversa com a imprensa, o prefeito Bruno Reis (União Brasil) comentou os próximos passos do processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da capital baiana. Segundo ele, a etapa atual é preparatória e contempla o cumprimento de exigências legais antes do envio do texto à Câmara Municipal de Salvador (CMS). “A gente já contratou a consultoria, agora tem alguns ritos, prazos legais que antecedem a atualização do PDDU, como as audiências públicas, o debate dos segui-

mentos da sociedade, uma série de ações no cronograma que está sendo estabelecido”, afirmou.

Ao ser perguntado sobre quando o texto revisado será encaminhado ao Legislativo, o prefeito explicou que ainda não há uma data definida, já que o projeto precisa passar por todas as etapas legais. “O PDDU só vai para a Câmara depois que vencer todas essas etapas”, esclareceu.

Bruno também fez uma defesa do plano atual, em vigor desde 2016, quando foi sancionado pelo ex-prefeito ACM Neto (União Brasil). “Nós temos um plano diretor que está em pleno funcionamento, que está cumprindo muito bem o seu papel, mas como

tudo na vida, pode melhorar, pode atualizar, pode ainda ser melhor”, afirmou, durante a inauguração de uma nova unidade do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), no bairro de São João do Cabrito.

A demora na revisão do PDDU tem sido criticada por setores da oposição, que apontam descumprimento do prazo de oito anos previsto para a atualização do documento. Bruno, por outro lado, rebateu os questionamentos afirmando que “desconhecem a legislação” e sustentando que o prazo legal seria de até 10 anos.

Na mesma agenda, o prefeito também atualizou o andamento do projeto do Te-

leférico do Subúrbio. Ele informou que o projeto executivo está em fase final e que a licitação deve ser aberta ainda neste ano. “Se não pudermos concluir esse ano, por prazos legais, será concluído no início do ano que vem para a gente iniciar a obra”, disse.

Bruno acrescentou que o projeto está “bem avançado” e que já foram identificadas áreas ao longo do trajeto que precisarão ser desapropriadas. “Há mais ou menos uns 15 dias atrás, nos reunimos na Prefeitura, já identificamos pequenas áreas que precisam de alguma desapropriação, já temos praticamente todo o projeto eletromecânico pronto”, explicou o prefeito de Salvador.



O PREFEITO Bruno Reis comentou os próximos passos do processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PGR vê indícios de irregularidades em compra de respiradores

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, apontou indícios de envolvimento do ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), em irregularidades na compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste, durante sua gestão como governador da Bahia, em 2020. A informação foi divulgada ontem (4) pelo jornal O Estado de São Paulo.

Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), Gonet afirmou que Rui assinou um contrato

com pagamento antecipado integral e sem garantias para o ente público, em acordo firmado com a empresa Hempcare Pharma, que nunca entregou os equipamentos. O prejuízo estimado é de R\$ 48 milhões.

O chefe da PGR solicitou ao ministro Flávio Dino, relator do inquérito no STF, que o caso seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o argumento de que os fatos ocorreram enquanto Rui exercia o cargo de governador, o que justificaria o foro naquela Corte. A medida segue entendimento recente do próprio Supremo, que mante-

ve a competência do STJ para processar crimes cometidos durante o exercício de mandatos no Executivo estadual.

O caso teve início na Polícia Civil da Bahia e foi posteriormente enviado à Justiça Federal, onde acabou paralisado. Agora, Gonet defende que a investigação seja retomada a partir do novo entendimento do STF.

A assessoria de Rui afirmou que a manifestação da PGR não traz “nenhum elemento acusatório quanto à conduta do então governador” e que o Ministério Público já havia se posicionado anteriormente.

MARCELO GODOY
AGÊNCIA ESTADO

Era tarde de domingo quando 37 mil pessoas foram à Avenida Paulista pedir que a Justiça esqueça os crimes cometidos pelos que invadiram a sede dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. Ou que conspiraram e colocaram em execução operações que tinham como objetivo matar o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Supremo Alexandre de Moraes, além de cancelar as eleições e instaurar uma di-

tadura.

A palavra de ordem era “anistia”. Lá estava o vice-prefeito de São Paulo, o tenente-coronel Mello Araújo, pastores e alguns outros políticos. Mello Araújo defendeu o perdão aos criminosos. E disse que a voz do povo na Paulista era a “voz de Deus”. Fora apresentado como alguém que governa a “quatro mãos” a maior cidade do País. O prefeito Ricardo Nunes estava lá, mas ficou em silêncio. O governador Tarcísio de Freitas não apareceu.

Qual a lembrança que as 37 mil pessoas que estive-

ram ontem na Avenida Paulista terão de um ato convocado para a defesa de Jair Bolsonaro? Como o País se recordará desse episódio, da reunião de tantas pessoas vestindo a bandeira nacional no momento em que seu líder coloca interesses pessoais acima daqueles do Brasil? Qual memória se terá de quem apoia um tarifaço contra o País para submeter o Congresso e a Justiça? Não só. Mais ainda. Qual seria a próxima solução catastrófica a ser considerada após um ministro do STF exibir o dedo médio em um estádio de futebol?